

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2026

INTRODUÇÃO

Nos termos das alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 10.º dos Estatutos da **IdD – Portugal Defence, S.A., (idD)**, compete ao Conselho de Administração (CA) elaborar o plano de atividades, anual e plurianual, bem como elaborar o orçamento e acompanhar a sua execução. Por sua vez, nos termos da alínea c) do n.º 2 e do n.º 5 do art.º 16º dos referidos Estatutos, compete ao Conselho Fiscal (CF) da idD emitir parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento. Assim, procedemos à análise do Plano de Atividades e Orçamento da IdD – Portugal Defence, S.A. relativo a 2026 (PAO/2026). Este parecer reporta-se apenas ao plano de atividades para o horizonte temporal 2026-2028, tendo sido emitido parecer sobre a proposta de orçamento para 2026 em 31 de julho.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO SOBRE O PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação e apresentação do Plano de Atividades e Orçamento, conforme alínea a) e b) no n.º 1 do art.º 10º dos Estatutos da idD.

RESPONSABILIDADES DO CONSELHO FISCAL SOBRE A ANÁLISE DO PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

A nossa responsabilidade consiste em:

- (i) Verificar se o Plano de Atividades foi elaborado tendo em conta as instruções constantes e os pressupostos macroeconómicos de referência considerados nas “Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028, incluindo o Plano de Investimentos, das empresas públicas, reclassificadas e não reclassificadas, do Setor Empresarial do Estado (SEE) com exclusão das entidades publicas empresariais do SNS”;
- (ii) Verificar se o Plano de Atividades foi preparado de acordo com o orçamento para 2026, submetido à Entidade Orçamental (EO) em julho de 2025 relevando também as instruções para a preparação do Orçamento do Estado para 2026, aprovadas por despacho do Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, de 23 de julho de 2025, e transmitidas pela EO através da Circular Série A n.º 1412; e
- (iii) Concluir sobre se a apresentação do Plano de Atividades e Orçamento é adequada, e emitir o respetivo parecer.

ÂMBITO

Apreciamos o Plano de Atividades e Orçamento para 2026, que inclui a informação de 2026-2028.

O Conselho Administração da idD apresentou-nos os seguintes elementos, para análise e suporte à emissão deste parecer:

- Documento designado “Plano de Atividades e Orçamento 2026 (PAO)” e respetivos anexos, formalmente aprovados em reunião do Conselho de Administração de 13 de novembro p.p.;
- Parecer do Revisor Oficial de Contas sobre o Plano de Atividades e Orçamento 2026-2028, de 12 de dezembro de 2025;
- Elementos carregados na EO referentes ao Orçamento para 2026 e respetivos anexos; e
- Orçamento aprovado pela EO, relativo a 2026.

ANÁLISE DO PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

Este PAO/2026 foi preparado respeitando o previsto nas orientações específicas para a elaboração dos Planos de Atividades e Orçamento para 2026-2028, dentro do que lhe é aplicável.

Desta forma, verificámos o cumprimento por parte da idD das orientações financeiras para o triénio 2026-2028, transmitidas pelo acionista.

Para 2026 a idD definiu, no PAO, um conjunto de objetivos operacionais e atividades que decorrem dos objetivos estratégicos e que terão as diferentes áreas da empresa como responsáveis pela sua implementação. No entanto, no PAO as metas e indicadores de desempenho apresentados não se encontram quantificados para cada ano do triénio.

O investimento previsto para o ano de 2026, em ativos fixos tangíveis e intangíveis, ascende a 1.094.296 euros, destinando-se em grande medida para: (i) obras em edifícios (623.500 euros); (ii) Estrutura IT e equipamentos (372.796 euros); (iii) Investimento na unidade industrial de desmilitarização (91.000 euros); (iv) Outros investimentos, designadamente a aquisição de equipamentos de apoio à participação da idD em feiras e seminários (7.000 euros).

Salienta-se ainda os investimentos financeiros previstos, no montante de 1.462.864 euros, relativos a participação da idD no capital social de empresas do setor da Economia de Defesa, situação que se enquadra na sua missão, objetivos e estatutos. O detalhe deste valor encontra-se apresentado em Anexos próprios não divulgados (Anexo I e II) que refere o desígnio de retomar a atividade de produção de munições de uso militar em Portugal estando previsto uma participação financeira da idD no projeto de uma nova fábrica.

Para a concretização destes investimentos, a idD prevê utilizar como fonte de financiamento essencialmente saldos a transitar de 2025 e outras transferências, no valor de 2.557.160 euros.

De acordo com as Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028, a proposta de PAO/2026 deve ser preparada, no que é aplicável à idD, considerando as seguintes orientações financeiras:

a) **Volume de negócios:** crescimento gradual do volume de negócios (vendas e prestações de serviços) e a maximização das receitas mercantis.

Numa primeira análise, verifica-se que a idD não cumpre com a orientação relativa ao crescimento do volume de negócios (vendas e prestações de serviços), na comparação da estimativa de 2025 (2.586.860 euros) com a previsão para 2026 (2.016.301 euros).

No entanto, tal situação resulta dos atrasos verificados na formalização dos contratos bianuais de desmilitarização de 2022-2023 e de 2024-2025, que tiveram impacto no início da sua execução e consequente faturação reduzida em 2022 e 2024 e elevada em 2023 e 2025.

Considerando estes efeitos, o volume de negócios ajustado para 2025 (vendas e prestações de serviços) ascende a 1.563.601 euros verificando-se o cumprimento da orientação relativa ao crescimento do volume de negócios.

De acordo com os valores apresentados no PAO, o volume de negócios ajustado para 2025 (vendas e prestações de serviços e impacto da receita decorrente das obrigações legais) ascende a 2.827.793 euros, sendo que em 2026 prevê-se que esta rubrica ascenda a 3.918.685 euros.

Deve, no entanto, referir-se que o volume de negócios ajustado para 2025, foi expurgado da receita extraordinária do programa Mecanismo Europeu de Apoio à Paz (MEAP), considerando o seu recebimento antecipado neste ano no valor de cerca de 2,5 milhões de euros.

Este pressuposto, justifica-se pela ausência de correspondência entre rendimentos e gastos para esta transferência, pelo que na análise da eficiência operacional os rendimentos foram ajustados deste montante, de forma a permitir a comparabilidade temporal dos valores.

b) **Gastos operacionais:** taxa de crescimento dos gastos operacionais inferior à do volume de negócios.

Apresenta-se a seguir o quadro resumo desta informação no PAO/2026:

Comparação Variação nos Gastos Operacionais com Variação no Volume de Negócios	2025	2026	Δ (2026 -2025) Ajustado	
	Ajustado	Ajustado	Valor	%
Gastos operacionais (GO)	2 814 061	3 873 967	1 059 906	37,7%
Volume de negócios ajustado	2 827 793	3 918 685	1 090 892	38,6%
Uni: EUR				
Gastos Operacionais/Volume de Negócio (GO/VN)	99,51%	98,86%	97,16%	97,63%

De notar que nos valores ajustados foram considerados os dois pressupostos acima referidos na alínea a), no que respeita ao Volume de negócios ajustado.

Os Gastos operacionais ajustados para 2026, são inferiores aos valores previstos no montante de 374.731 euros, nas rubricas de Fornecimentos e serviços externos (207.750 euros) conforme

justificações apresentadas no PAO e Gastos com o pessoal (166.981 euros). De referir que esta redução nos gastos previstos, não foi objeto de alteração no orçamento aprovado.

Tendo em conta o acima referido, encontra-se cumprida a orientação.

- c) **Gastos com pessoal:** o aumento dos gastos com pessoal (GcP) não deverá ser percentualmente superior ao crescimento do volume de negócios, exceto os que decorram de atualizações salariais obrigatórias, imposições do acionista ou decorrente de contratações autorizadas.

Apresenta-se a seguir o quadro resumo desta rubrica no PAO/2026:

Comparação Variação nos Gastos com Pessoal sem OS e correções com a Variação no Volume de Negócios	2025	2026	Δ (2026-2025) Ajustado	
	Ajustado	Ajustado	Valor	%
Gastos totais com pessoal	1 740 791	2 422 012	681 221	39,1%
Correções para efeitos de rácio				
(-) Gastos com órgãos sociais*	-357 328	-384 335	-27 007	-8%
(-) Cumprimento de disposições legais	0	0	0	
(-) Valorizações remuneratórias obrigatórias	0	-28 457	-28 457	
(-) Rescisões contratuais excluindo por mútuo acordo	0	-155 455	-155 455	
(+) Absentismo	0	0	0	
Gastos com pessoal Ajustados	1 383 464	1 853 764	470 301	34,0%

Verifica-se que de acordo com a previsão, a orientação não é cumprida.

Os Gastos com o pessoal ajustados para 2026, são inferiores aos valores previstos no montante de 166.981 euros. O PAO/2026 evidencia a^a existência de 6 contratações previstas na Proposta de Orçamento (3 funcionários e 3 estagiários), ou seja, 2 contratações a menos que as que constavam da proposta de orçamento para 2026. Esta redução não foi objeto de ajustamento no orçamento que consta da EO.

Assim, face ao valor previsto para 2025 os gastos com pessoal aumentaram em 470.301 euros (que representa um aumento de 34,0%), conforme fundamentações que constam do PAO/2026. De notar que nos valores ajustados, foram considerados os dois pressupostos acima referidos na alínea a), no que respeita ao Volume de negócios ajustado.

Tendo em conta o acima referido, e o volume de negócios ajustado, cujo crescimento foi de 38,6%, encontra-se cumprida a orientação.

Uma nota final para referir que no PAO/2026 foi efetuado o pedido de autorização de acréscimo dos gastos com pessoal com as novas contratações de recursos.

- d) **Fornecimentos e Serviços Externos:** O aumento da despesa em FSE, em termos reais, não deverá ser percentualmente superior à taxa de crescimento do volume de negócios.

É a seguinte a informação constante do PAO/2026:

Comparação Variação nos Gastos Fornecimentos e Serviços Externos com Variação no Volume de Negócios	2025	2026	Δ (2026 -2025) Ajustado	
	Ajustado	Ajustado	Valor	%
Fornecimentos e Serviços Externos	1 073 270	1 451 955	378 685	35,3%
Volume de negócios Ajustado	2 827 793	3 918 685	1 090 892	38,6%

Verifica-se que de acordo com a previsão, a orientação não é cumprida.

Contudo, considerando os valores ajustados, quer do Volume de Negócios (alínea a)), quer dos Fornecimentos e Serviços externos (alínea b)), será possível cumprir com a orientação.

De notar, que o PAO/2026 refere a necessidade de obter autorização que permita excepcionar o aumento da despesa.

e) **Eficiência operacional:** em cada ano do triénio, deverá ser igual ou inferior ao ano anterior.

É a seguinte a informação constante do PAO/2026:

Eficiência operacional	2024	2025	2025	2026	2026	2027	2028
	Execução	Estimativa	Ajustado	Previsão	Ajustado	Previsão	Previsão
Gastos operacionais ajustados	2.408.473	2.814.061	2.814.061	4.248.697	3.873.967	3.797.982	3.872.924
Volume de Negócios ajustado	1.904.266	6.611.736	2.827.793	6.455.270	3.918.685	3.883.900	4.033.900
Gastos Operacionais/Volume de Negócio (GO/VN)	126,48%	42,56%	99,51%	65,82%	98,86%	97,79%	96,01%

De notar que nos valores ajustados, foram considerados os dois pressupostos acima referidos na alínea a), no que respeita ao Volume de negócios ajustado.

O PAO/2026 refere que “dada a elevada variabilidade, o ano de 2025 não é uma base fiável para comparar o volume de negócios, como se verifica pelo grau de eficiência operacional apresentado no mapa, desvirtuando a análise do rácio para o triénio.”

Adicionalmente, o PAO/2026 menciona que com o ajustamento dos efeitos extraordinários da receita no ano de 2025, verifica-se que o rácio passa de 42,56% para 99,51%. Por outro lado, com o ajustamento da antecipação da liquidação da receita no ano de 2026, verifica-se que o rácio passa de 65,82% para 98,86%.

Assim, considerando os valores ajustados, conforme alíneas a) e b) para os anos de 2025 e de 2026, considera-se cumprida esta orientação.

f) **Resultado operacional:** melhoria do resultado operacional, líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor.

É a seguinte a informação constante do PAO/2026:

Rendimentos e Gastos	2024	2025	2025	2026	2027	2028
	Execução	Estimativa	Ajustado	Ajustado	Previsão	Previsão
Resultado operacional líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor	-3.955.817 €	1.343.331 €	-2.440.613 €	-2.409.305 €	-2.460.830 €	-2.474.719 €

Tendo em consideração o referido no PAO/2026, e que consta da alínea e) acima, constata-se que o “Resultado operacional líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor” ajustado para 2025 é inferior ao resultado ajustado para 2026. No entanto, o mesmo não se verifica para os anos de 2027 e 2028.

No entanto, no PAO/2026, é considerado que o “Resultado operacional líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor e depreciações”, cumpre com o previsto, existindo uma melhoria nos anos de 2026 a 2028 face a 2025.

Rendimentos e Gastos	2024	2025	2025	2026	2027	2028
	Execução	Estimativa	Ajustado	Ajustado	Previsão	Previsão
Resultado operacional líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor	-3.955.817 €	1.343.331 €	-2.440.613 €	-2.409.305 €	-2.460.830 €	-2.474.719 €
Gastos / reversões de depreciação e amortização	- 1.632.040 €	- 1.613.108 €	- 1.613.108 €	- 1.697.448 €	- 1.790.698 €	- 1.879.651 €
Resultado operacional líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor e depreciações	-2.323.776 €	2.956.439 €	- 827.505 €	- 711.857 €	- 670.132 €	- 595.068 €

g) **Resultado líquido:** melhoria do resultado líquido do período.

É a seguinte a informação constante do PAO/2026:

Rendimentos e Gastos	2024	2025	2025	2026	2027	2028
	Execução	Estimativa	Ajustado	Ajustado	Previsão	Previsão
Resultado líquido do período	-3.940.858 €	1.338.331 €	-2.445.613 €	-2.435.505 €	-2.460.830 €	-2.474.719 €

Tendo em consideração o referido no PAO/2026, e que consta da alínea e) acima, constata-se que o “Resultado líquido” ajustado para 2025 é inferior ao resultado ajustado para 2026. No entanto, o mesmo não se verifica para os anos de 2027 e 2028.

No PAO/2026, é considerado que o “Resultado líquido” sem o efeito das depreciações e dos resultados das participadas, cumpre com esta orientação.

h) **Rácio de eficiência de recursos humanos:** otimizar a utilização dos recursos humanos assegurando em cada ano que é melhorado o rácio do resultado operacional pelo número de trabalhadores, que constitui condição sine qua non para a autorização do aumento do número de trabalhadores ao serviço da empresa;

Apresenta-se de seguida o Rácio de eficiência de recursos humanos que não consta do PAO/2026:

Rubrica	2024	2025	2025	2026	2027	2028
	Execução	Estimativa	Ajustado	Ajustado	Previsão	Previsão
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento (EBITDA)	-2 323 776 €	2 956 439 €	- 827 505 €	- 711 857 €	- 670 132 €	- 595 068 €
Resultado operacional (EBIT)	-3 955 817 €	1 343 331 €	-2 440 613 €	-2 409 305 €	-2 460 830 €	-2 474 719 €
N.º trabalhadores	36	38	38	46	46	46
Resultado operacional (EBITDA)/nº trabalhadores	-64 549 €	77 801 €	-21 776 €	-15 475 €	-14 568 €	-12 936 €

Face a este quadro, e considerando os resultados ajustados para 2025, o rácio de eficiência de recursos humanos vai melhorando ao longo do triénio 2026/2028, face a 2025 ajustado.

i) **Novos investimentos:** realizar, apenas, os novos investimentos (que não de substituição) que viabilizem um aumento do resultado operacional ou necessários à prestação de serviço público ou de serviço de interesse geral contratualizados.

No ano de 2026, os investimentos previstos, no montante 2.557 mil euros, são investimentos de substituição em 43%. Estes investimentos são os necessários para a idD assegurar o desenvolvimento e o crescimento sustentado das suas atividades, bem como um funcionamento organizacional ajustado à sua dimensão e complexidade.

j) **Planos financeiros:** devem evidenciar i) a sustentabilidade da atividade da empresa, incluindo os investimentos, com a apresentação das fontes de financiamento e a menção clara de que ações ou investimentos estão contingentes na concretização de financiamentos (v.g., de candidaturas aos fundos estruturais), ii) ativos e passivos contingentes bem como

garantias bancárias ou outras, iii) o financiamento da atividade operacional; e o iv) financiamento do investimento. Deve ser apresentado a Rentabilidade do Capital Próprio (ROE - Return on Equity), calculado como resultado líquido do período (RLP) dividido pelo capital próprio (CP)), que deve melhorar em cada ano (no caso do CP ser negativo, deverá ser demonstrado pela comparação da variação percentual do resultado operacional e do CP).

Não está previsto no PAO/2026 que a idD recorra a qualquer tipo de financiamentos para a sua atividade no triénio 2026/2028.

k) **Endividamento:** o endividamento deve, como orientação geral, diminuir em termos nominais.

O PAO/2026 evidencia de forma clara a redução do endividamento no triénio 2026/2028.

l) **Pagamentos em atraso:** redução significativa do volume dos pagamentos em atraso (Arrears).

A idD não tem pagamentos em atraso.

m) **Prazo Médio de Pagamento.**

A idD não tem pagamentos em atraso e pretende manter o prazo médio de pagamento em 19 dias durante o triénio em análise.

Também de acordo com as Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026/2028, a proposta de PAO deve contemplar medidas de otimização de desempenho, com o objetivo de maximizar o resultado operacional, designadamente:

(i) Eficiência operacional

A eficiência operacional deve ser igual ou inferior ao verificado no ano anterior. Assim, tal como referido na alínea e) acima, considerando os pressupostos e os valores ajustados apresentados no PAO/2026, a idD cumpre com esta medida.

(ii) Otimização de gastos, FSE (incluindo frota automóvel) e Recursos humanos

Em 2026, verifica-se, em relação ao valor estimado para 2025, um aumento dos gastos com pessoal que, excluindo os aumentos relativos aos órgãos sociais, indemnizações por rescisão e valorizações remuneratórias, decorre essencialmente do efeito da necessidade de contratação de trabalhadores a concretizar em 2026. Assim, está previsto que no final de 2026 a idD tenha 40 trabalhadores (excluindo órgãos sociais).

Também em 2026, se prevê, face aos valores estimados para 2025, aumento com os encargos com deslocações e alojamento (88.140 euros em 2026, aumento de 18.741 euros), aumento do valor referente a ajudas de custo (10.000 euros em 2026, aumento de 832 euros), aumento com encargos com a contratação de estudos e pareceres (205.000 euros em 2026, aumento de

189.738 euros e gastos associados à frota automóvel (43.850 euros em 2026, aumento de 7.331 euros).

A este propósito, sublinhamos que o valor ajustado para 2026 relativo a encargos com a contratação de estudos e pareceres (205.000 euros), é inferior ao valor previsto e incluído na proposta de orçamento para 2026 em 75.000 euros.

Estes aumentos encontram-se justificados pela previsão do incremento da atividade da idD num contexto global de aumento de potencial de negócios para a indústria da Defesa e consequentemente no número de participações presenciais em feiras, conferências e seminários internacionais.

Para os anos de 2026/2028 estão previstos novos aumentos com os encargos com deslocações e alojamento, pelo que é necessária autorização que permita excecionar, em 2026, o aumento da despesa das duas rubricas.

No que respeita ao aumento dos encargos com a contratação de estudos e pareceres, estão previstos gastos, essencialmente justificados pela necessidade de fundamentar tecnicamente a decisão sobre a produção de munições de uso militar em Portugal pelo que é necessário considerar os gastos associados e a autorização que permita excecionar o aumento da despesa em 2026.

No PAO/2026 apresentado está ainda referida a necessidade de autorização que permita excecionar o aumento de gastos associados à frota automóvel, bem como a substituição de 4 novas viaturas em regime de Aluguer Operacional de Veículos (AOV). De acordo com as instruções de elaboração do PAO, as empresas do SEE apenas podem adquirir ou locar veículos para a frota operacional que se mostrem imprescindíveis à atividade da empresa e veículos não operacionais mediante a apresentação, quanto a estes últimos, de uma análise custo benefício.

A fundamentação da necessidade, bem como a discriminação dos respetivos gastos, deveriam encontrar-se melhor pormenorizadas e expressamente identificadas na presente proposta de PAO/2026.

No que respeita aos Fornecimentos e serviços externos, está previsto para 2026 que estes atinjam o valor ajustado de 1.451.955 euros, aumentando em 378.685 euros face ao valor ajustado para 2025, o que corresponde a um aumento de 35,3%, e como tal inferior ao aumento do Volume de negócios ajustado (38,6%).

Não considerando os valores ajustados, está previsto para 2026 que estes atinjam o valor estimado de 1.659.705 euros, aumentando em 586.435 euros face ao valor estimado para 2025, o que corresponde a um aumento de 54,6%, e como tal superior ao aumento do Volume de negócios ajustado (38,6%) e ao volume de negócios estimado (-2,4%).

No PAO/2026 é referido que se torna necessária a autorização que permita excecionar, em 2026, o aumento daquela despesa.

(iii) Conformidade com a proposta do Orçamento para 2026

Conforme já referido, os fornecimentos e serviços externos e os gastos com pessoal ajustados no PAO são diferentes dos valores do orçamento aprovado pela EO para 2026. Também no PAO estão considerados valores de volume de negócios diferentes dos montantes previstos no orçamento aprovado pela EO para 2026.

O Conselho Fiscal emitiu, parecer sobre a proposta de orçamento para 2026 em 31 de julho de 2025.

Demonstrações financeiras

No PAO foram apresentadas demonstrações financeiras para o período 2026 a 2028, sendo que em relação ao ano de 2026, o total do balanço ajustado ascende a 120.269.572 euros e o resultado líquido ajustado a 2.435.505 euros negativos. Estas demonstrações financeiras divergem das apresentadas na proposta de orçamento para 2026 aprovada quanto ao seguinte:

- O valor das transferências e subsídios correntes obtidos, por efeito da desconsideração do apoio do MEAP no PAO/2026 ajustado; e
- Os montantes das rubricas de Fornecimentos e serviços externos e Gastos com pessoal, que foram ajustados face ao valor previsto na proposta de orçamento para 2026.

CONCLUSÃO E OPINIÃO

Considerando que o Parecer do Revisor Oficial de Contas sobre o PAO refere o seguinte, *“Baseado na nossa avaliação da prova que suporta os pressupostos, em consonância com as atividades programadas, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que esses pressupostos não proporcionam uma base razoável para as previsões contidas nos Instrumentos de Gestão Previsional para 2025 e para o triénio 2026-2028, da IdD – Portugal Defence, S.A..*

As demonstrações financeiras prospetivas apresentadas no PAO 2026-2028 estão devidamente preparadas com base nos pressupostos e apresentadas numa base consistente com as políticas contabilísticas adotadas pela entidade, no quadro do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.” e tendo em conta a nossa avaliação quanto ao conteúdo do Plano de Atividades e Orçamento e as considerações referidas no presente documento, somos de parecer que nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que este PAO/2026 não proporciona uma base razoável para o cumprimento das previsões contidas nos Instrumentos de Gestão Previsional, considerando o disposto nas Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028, incluindo o Plano de Investimentos, das empresas públicas, reclassificadas e não reclassificadas, do Setor Empresarial do Estado (SEE) com exclusão das entidades publicas empresariais do SNS.

Devemos, ainda, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Lisboa, 19 de dezembro de 2025

O Conselho Fiscal

Assinado por: **João Paulo Raimundo Henriques**

Ferreira

Num. de Identificação: 06144474

Data: 2025.12.19 11:43:35+00'00'

Assinado por: **ANA CRISTINA DÁ MESQUITA PINTO FERREIRA**

Num. de Identificação: 08076691

Data: 2025.12.19 11:45:06+00'00'

João Paulo Raimundo Henriques Ferreira (Presidente)



Ana Cristina Dá Mesquita Pinto Ferreira (Vogal)

Assinado por: **Ana Sofia Lameira dos Santos**

Palrinhas

Num. de Identificação: 12165251

Data: 2025.12.19 11:48:15+00'00'

Ana Sofia Lameira dos Santos Palrinhas (Vogal)